

COMO INTERPRETAR OS TEXTOS DO PASSADO: ASPECTOS DA VISADA TEÓRICA DE QUENTIN SKINNER

THIAGO RODRIGO NAPPI*

RESUMO

Após apresentar uma breve caracterização do que ficou conhecido como Ideia da Tradição, a análise visa a demonstrar as ideias centrais do Contextualismo Linguístico da escola histórica do pensamento político de Cambridge, por meio do seu mais expressivo autor, Quentin Skinner. O estudo considera alguns dos preceitos básicos do pensamento skinneriano, sem no entanto contrapô-los às suas respectivas críticas. Os pressupostos do historiador inglês são retratados especialmente em relação aos seus estudos referentes a Thomas Hobbes, utilizados como exemplificações à sua metodologia de investigação dos textos políticos do passado.

PALAVRAS-CHAVE: Teorias das interpretações de textos; Contextualismo Linguístico; Quentin Skinner; Thomas Hobbes.

RÉSUMÉ

Après avoir présenté une courte caractérisation de ce qui a été connue comment Idée de la Tradition, l'analyse vise démontrer les idées centraux du *Linguistic Contextualism* de l'École historique de la pensée politique de Cambridge, par le moyen de son plus expressif auteur, Quentin Skinner. L'étude considère quelques préceptes fondamentaux de la pensée de Skinner, sans établir, néanmoins, les respectives critiques. Les présuppositions de l'historien anglais sont décrites d'une manière spécial par rapport à leurs études sur Thomas Hobbes, utilisés comme exemples de la méthodologie d'investigation des textes politiques du passé.

MOTS-CLÉS: Théorie des interprétations des textes; *Linguistic Contextualism*; Quentin Skinner; Thomas Hobbes.

[...] gostaria, acima de tudo, é de me dar um rótulo semelhante ao que me ocorreu quando tive que pensar num título para uma coleção que editei para a Cambridge University Press, um título que expressa o tipo de história intelectual que pratico: *Idéias em contexto*. Ou seja, intertextualidade e contexto são meus maiores interesses. Eu me

* Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina; e-mail: thiago-nappi@uol.com.br

descreveria, portanto, como um autor que aborda a história intelectual de um modo intertextualista e contextualista.

Quentin Skinner

Da década de 1940 até o início da de 1960, o estudo do pensamento político esteve praticamente dominado por aquilo que ficou conhecido como Ideia da Tradição. A crença na Tradição surgiu por volta da década de 1940, ganhando forte destaque nas duas décadas seguintes. Inseridos em tal perspectiva podemos citar autores de grande importância, como Arthur Lovejoy e Leo Strauss. Segundo esses autores, haveria grandes textos clássicos desenvolvidos durante séculos e mais séculos de cultura filosófica que possuíam uma característica especial de serem trans-históricos, encontrando-se intrincados num longo e eterno debate entre si, formando o que poderia ser denominado como um circuito fechado de ideias. Esses textos eram tidos, ainda, como veículos de sabedoria perene, prestando-se, assim, a uma teleologia retrospectiva, na qual o sentido dos sistemas filosóficos teria sido o de visar à elaboração de valores para as sociedades liberais e democráticas do século XX.

A título de exemplo acerca da Ideia da Tradição, podemos ter uma ilustração ao pensar na ideia defendida por Leo Strauss. Segundo John Gunnel,

Strauss é claro em afirmar que sua pesquisa na história da filosofia política não é resultado de um interesse arqueológico, nem meramente um interesse acadêmico na recuperação do sentido dos textos clássicos. Ele também diferencia o seu trabalho das interpretações historicistas, que ou focalizam a filosofia política como reflexo de uma situação histórica particular, ou seletivamente reinterpretam o passado da perspectiva do presente. Para Strauss, o estudo do passado é essencialmente de caráter prático. A tentativa de compreender as obras de filósofos políticos do passado e o curso do desenvolvimento das ideias políticas na tradição ocidental é exigida pelo que ele diagnostica como “a crise de nosso tempo, a crise do Ocidente”. A meta era separar o erro da verdade e restaurar o conhecimento passado dos fenômenos políticos, especialmente o conhecimento relativo à natureza da boa sociedade política, que tinha sido esquecido ou turvado (GUNNEL, 1981: 26-27).

Um discípulo de Strauss afirmaria categoricamente, anos mais tarde, que, para soluções para os problemas enfrentados no presente, “As alternativas estão contidas nos textos dos grandes homens na tradição filosófica” (BLOOM, 1990: 351). É contra essa ideia de um

pragmatismo imediato, em que se tem uma busca das soluções do presente nos grandes sistemas filosóficos do passado, que vai Quentin Skinner, com grande esforço intelectual, elaborar sua crítica. Com efeito, o Contextualismo Linguístico de Cambridge, do qual o historiador é o maior expoente, tomou forma e importância em meados da década de 1960. Para um contextualista de vulto como ele, a ideia de um grande debate entre os autores inseridos numa tradição de pensamento filosófico seria inconcebível, pois não haveria nada que provasse, segundo o historiador, qualquer ligação efetivamente histórica entre as grandes obras tidas como perenes pela Ideia da Tradição. Assim, não seria aceitável a proposta de que Aristóteles ou Maquiavel escreveram, no interior de um determinado diálogo, pensando nas lições aplicáveis para a prática da formação dos bons cidadãos das sociedades liberais e democráticas que surgiriam séculos depois da existência desses autores.

Faltava, segundo Skinner, historicidade nas tradicionais Histórias da Teoria Política. A Tradição seria, então, nada mais do que um mito criado por uma convenção acadêmica. O grande problema dessas teorias, porém, se encontra no fato de, no final das contas, chegarem a conclusões completamente anacrônicas, afirmando que autores disseram ou pensaram algo que nunca sequer poderiam ter imaginado. Acerca de tais anacronismos, podemos citar uma passagem descrita por R. G. Collingwood em sua *Autobiografia*. Assim como Skinner combatia determinada teoria em sua época, Collingwood, que foi um de seus inspiradores, enfrentava o que ele mesmo denominou “realistas”. Afirma Collingwood que debater com um estudioso daquela linha era como ter um pesadelo – por exemplo, ao se encontrar determinada palavra grega, essa fosse traduzida por “barco a vapor” e “al decirle que las descripciones de los trirremes, que hacen los escritores griegos, no eran de ninguna manera buenas descripciones de barcos a vapor”, tal sujeito “replicaba triunfalmente: ‘Eso es exactamente lo que yo digo. Estos filósofos griegos [...] eran terriblemente tontos y su teoría sobre los barcos de vapor está completamente equivocada’” (COLLINGWOOD, 1963: 69). Mesmo que todos os argumentos provassem o contrário, a outra parte continuaria afirmando tal sentido de “barco a vapor” pelo resto de sua vida.

Quentin Skinner se opôs à perspectiva dos historiadores que queriam pensar os problemas do presente com a interpretação do passado. De fato, o historiador do pensamento político explicita com veemência que os autores do passado, como Hobbes e Locke, por exemplo, devem ser tratados em sua própria época. Os sentidos e objetivos de tais autores, e de seus respectivos textos, precisariam ser

investigados nos seus contextos históricos originais, pois o “contexto social constitui o quadro de análise fundamental que nos permite saber quais os significados que alguém poderia ter tentado comunicar” (SKINNER, 2005: 124). O objetivo do trabalho do estudioso dos autores do passado deveria ser, portanto, tentar descobrir quais teriam sido as intenções desses autores quando elaboraram suas obras. Segundo Skinner, não basta estudar somente o texto clássico em si para compreendê-lo. Será necessário, ainda, o estudo de muitos outros aspectos, como os demais textos do próprio autor, entre outras questões relativas à realidade em que viveu.

Assim, em um estudo sobre Hobbes, por exemplo, caberia demonstrar que ele “falou” uma linguagem que lhe seria muito própria, e que também abordou questões bem específicas do século ao qual pertenceu, pois foi capaz de se situar como ator em seu próprio mundo. Foi um agente histórico ativo que tratou com interlocutores reais, e que visou determinado alvo a ser atingido no contexto em que viveu. Skinner resume de maneira notável o que pretende:

Abordo a teoria política de Hobbes não simplesmente como um sistema geral de ideias, mas também como uma intervenção polêmica nos conflitos ideológicos de seu tempo. Para entender e interpretar seus textos, sugiro que [...] precisamos nos colocar em uma posição que nos permita captar que tipo de intervenção os textos de Hobbes podem ter constituído. Meu objetivo no que segue é fornecer adequadamente uma avaliação não meramente do que Hobbes está dizendo, mas do que ele está fazendo ao propor seus argumentos. Minha suposição norteadora é que mesmo as mais abstratas obras de teoria política nunca estão acima da batalha; elas sempre são parte da própria batalha (SKINNER, 2010: 14-15).

Não se trata meramente de remeter o autor ao seu registro histórico. Indo além, com a visada teórica skinneriana, tem-se um alargamento daquilo que se entende efetivamente como contexto histórico. Como afirma Marcos A. Lopes,

Ao tentar a contextualização de seu objeto de pesquisa, não bastaria remeter os autores e suas obras ao seu mundo histórico, ao seu contexto social, revelando as suas inserções políticas, econômicas, culturais. Nesse sentido, amplia-se o próprio conceito de contexto histórico. À dimensão mais ampla do universo social de uma obra de pensamento seria necessário agregar subdimensões como, por exemplo, as estruturas de linguagem específicas de passados longínquos de vários séculos. Assim, o historiador do pensamento político, em seu ofício de recuperar o sentido dos textos, estaria erguendo a difícil obra de

reconstituição do contexto histórico, naquilo que parece ser a sua essência. Ao ser capaz de distinguir o sentido peculiar de um vocabulário político, cuja interpretação encontrava-se parcial ou totalmente bloqueada pelas barreiras impostas pelo tempo histórico, o historiador intelectual recriaria a temporalidade inerente à obra, revelando a sua linguagem original (LOPES, 1999: 22-23).

Tratando-se ainda de Thomas Hobbes, podemos utilizar um denso estudo sobre o filósofo para ilustrar uma pequena parte do trabalho de Quentin Skinner. Em 1996 o historiador inglês publicou *Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes*, obra na qual não poupou esforços para realizar uma nova e radical leitura do autor seiscentista, utilizando-se de grande erudição intelectual para recolocá-lo como um combatente em sua própria época. Assim, Hobbes teria interagido somente com o que ele poderia realmente ter entrado em contato, com aquilo que o contexto proporcionava-lhe para a devida elaboração das suas ideias. Ao mesmo tempo em que é um estudo sobre o filósofo político, *Razão e retórica* é também uma defesa teórico-metodológica.

Nessa obra, o que o autor apresenta é uma contraposição à hermenêutica tradicional, a qual se prende a uma dimensão da linguagem que busca o sentido presente apenas nas palavras e nas frases, apagando a dimensão do ato linguístico, tão caro a Skinner, e que pode ser entendido como o “estudo da gama de coisas que os falantes são capazes de fazer em (e por meio de) seu uso das palavras e frases” (SKINNER, 1999: 22-23). E é nesse sentido, das palavras sendo tratadas como atos – conceito tomado de empréstimo do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein –, que o historiador procura armar-se de informações históricas. Assim, ao se encontrar preparado para o trabalho de investigação, não há mais impedimentos para se retornar aos textos do passado.

Razão e retórica na filosofia de Hobbes é, segundo Skinner, um estudo sobre a visada central da filosofia civil de Hobbes, a qual pode ser entendida como o ato de “transformar o estudo da moral e política numa disciplina científica” (SKINNER, 1999: 17). A *scientia civilis*, ou ciência civil, que é aquilo que Hobbes quis criar, já estava presente entre os humanistas da Inglaterra dos Tudor. E esse fato é o ponto de partida de Quentin Skinner. Com efeito, ele faz um grande apanhado para analisar tal característica do pensamento social do Renascimento, avaliando a influência de Aristóteles, depois de Cícero, em específico, e Quintiliano, sobre os autores do período em que viveu o filósofo inglês, expondo a importância dos conceitos *ratio* e *eloquentia*, por exemplo,

entre outros. “A conclusão de Cícero [...] é que há dois fatores indispensáveis na ideia de *scientia civilis*. Um deles é a razão, a faculdade que nos permite desvendar a verdade. O outro é a retórica, a arte que nos permite expor a verdade em eloquência” (SKINNER, 1999: 18).

De uma maneira bem simplificada, podemos afirmar que tal era o espírito da época. E é aqui que encontramos Thomas Hobbes. Podemos ver o pensamento do filósofo em três momentos distintos. Seus escritos iniciais se encontram embebidos na retórica do humanismo renascentista. Porém, já na década de 1640, seu pensamento é outro. De fato, em *Os elementos da lei natural e política*, de 1640, e em *Do cidadão*, de 1642, Hobbes refuta veementemente o ideal renascentista que propagou anteriormente, combatendo com muita sutileza principalmente a *ars rethorica*. Entretanto, em 1651, com sua obra máxima, o *Leviatã*, a singularidade já é outra, pois Hobbes aceita e toma para si, em grande medida, a visão humanista das relações possíveis entre a razão e a retórica, tudo o que anteriormente quis refutar e até mesmo superar.

Em resumo, utilizando-se do seu “método” de análise, o historiador Quentin Skinner demonstra aquilo que pensa ser as causas da reviravolta do pensamento hobbesiano. Não se pode pensar, como muitos já o fizeram, que tudo não passou de um simples capricho do autor, que não tendo visto o seu *De cive* atingir o efeito almejado, publicou o *Leviatã* somente para alcançar as graças do leitor. Para além de tal visão, é muito importante atentar-se para o local de produção das obras, pois a primeira foi escrita em solo inglês, já sua obra magna apareceu em 1651, e nesse período, como se sabe, Hobbes estava vivendo em exílio, na França. O contexto era distinto, os seus interlocutores eram outros. Hobbes dialogou, em seu círculo intelectual, com figuras como o duque de Rohan e também com La Mothe le Vayer, eminentes expositores da herança cultural do humanismo renascentista na França.

Contudo, não basta atentar somente para tais relações para se chegar a uma compreensão acerca da guinada teórica de Thomas Hobbes. A aceitação do filósofo da cultura retórica da *idade da eloquência (l'âge de l'éloquence)* precisa ser buscada também, segundo Quentin Skinner, nas suas ponderações sobre as causas da guerra civil inglesa, pois é nesse ponto que o próprio Hobbes indica o que o fez mudar enfaticamente de opinião. A fonte dos problemas da época, segundo afirmou o filósofo, estava em que determinados interesses e a ignorância haviam dominado o contexto social. Assim, afirma Skinner:

Hobbes viu-se obrigado, no *Leviatã*, a enfrentar um novo conjunto de perguntas sobre a natureza da *scientia civilis*, um conjunto de perguntas

que, anteriormente, ele não vira nenhuma razão para formular. Se as descobertas da ciência civil não possuem nenhum poder intrínseco de convencer, que esperança teremos nós de implementá-las? Como é possível ter esperança de conquistar a atenção e o assentimento, especialmente daqueles cujas paixões e cuja ignorância são capazes de fazê-los repudiar até mesmo as mais claras provas científicas? (SKINNER, 1999: 465-466).

Diante disso, Hobbes possivelmente chegou à conclusão de que a ciência e a razão não tinham como serem compreendidas a partir de si mesmas, ainda que tentando a sua imposição por qualquer expediente. É nesse ponto de suas reflexões que o filósofo retorna às raízes humanistas, ausentes em *Do cidadão* e nos *Elementos*, aproximando-se muito daquelas formulações clássicas, com uma adesão clara a uma união entre *ratio* e *oratio*. “Para Hobbes, em suma, a revolução inglesa aparece como uma vitória do poder irracional mas esmagador da retórica neoclássica e antinomiana sobre o reduzido poder da ciência e da racionalidade” (SKINNER, 1999: 578), essas duas últimas estando em baixa nas mentes da esfera intelectual da época. A saída possível encontrada por Hobbes foi unir a ciência e a retórica, pois assim seria possível demonstrar e também convencer sobre a verdade efetiva.

Tendo observado a realização do “transporte” do autor clássico, como Hobbes, por exemplo, e de suas obras para o seu próprio contexto original, é possível que surja a questão do que poderia ter restado de tais ideias para nós, seus leitores, vivendo séculos depois. E esse é um ponto no qual a crítica não se cansa de acusar Skinner e demais teóricos do Contextualismo Linguístico, de praticar mero historicismo vazio de utilidade. Porém, pelo próprio fato de a atual sociedade se encontrar na condição de póstera, ela é herdeira natural das formulações daqueles autores do passado. Assim, esses autores, por serem clássicos, sempre possuem algo a nos dizer, tendo no mínimo algum valor filosófico. Dessa maneira, ao ser indagado sobre o que é que continua a ser relevante para nós, tratando-se de Hobbes, Quentin Skinner pode responder:

I think what is very important is this idea that the state is something other than the name of the body of the people. Actually that is our idea of the state. [...] That idea of the state as a represented person, which embodies the values we need to have embodied in order to live together in peace, is Hobbes' idea of the state. And I think it's our idea too (SKINNER, 2007).

Para tentarmos resumir um pouco do pensamento de Quentin

Skinner acerca de suas ideias, podemos ver, com suas próprias palavras, que não conseguimos um alto nível de compreensão dos textos do passado somente estudando

os próprios textos. A fim de percebê-los como respostas a questões específicas, precisamos saber algo da sociedade na qual foram escritos. E, a fim de reconhecer a direção e força exatas de seus argumentos, necessitamos ter alguma apreciação do vocabulário político mais amplo de sua época. Mas, de qualquer modo, é necessário ter acesso a esse nível de compreensão de pretendermos interpretar os clássicos de maneira convincente. Pois compreender as questões que um pensador formula, e o que ele faz com os conceitos a seu dispor, equivale a compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever, e portanto implica esclarecer exatamente o que ele pode ter querido significar com o que disse – ou deixou de dizer. Quando tentamos situar desse modo um texto em seu contexto adequado, não nos limitamos a fornecer um “quadro” histórico para nossa interpretação: ingressamos já no próprio ato de interpretar (SKINNER, 2006: 13).

Para Skinner, é possível e também extremamente importante o intérprete de um texto do passado descobrir o que o autor de tal obra pretendeu fazer com aquilo que proferiu. Dito de outra maneira, o que importa é a compreensão dos atos linguísticos. O discurso passa a ter, nessa dimensão, além de um significado, uma ação específica, ideia essa tomada de empréstimo pelo historiador inglês das formulações do filósofo John Langshaw Austin. A ideia básica de Austin é que determinadas elocuições, as *frases performativas*, como ele denominou, constituem atos propriamente ditos e não somente simples fala. Assim, afirmou:

il semble clair qu'énoncer la phrase (dans les circonstances appropriées, évidemment), ce n'est ni *décrire* ce qu'il faut bien reconnaître que je suis en train de faire en parlant ainsi, ni affirmer que je le fais: c'est le faire. Aucune des énonciations citées n'est vraie ni fautive: j'affirme la chose comme allant de soi et ne la discute pas. [...] Quand je dis, à la mairie ou à l'autel, etc., 'Oui [je le veux]', je ne fais pas le reportage d'un mariage: je me marie (AUSTIN, 2002: 41).

É necessário então, na vertente professada por Skinner, questionar no próprio ato linguístico o que é que se está realizando com aquilo que está sendo dito. O historiador explica que não está se “referindo ao significado dos textos ou elocuições, mas ao significado do ato de escrever o texto ou proferir uma elocução” (SKINNER, . In: PALLARES-BURKE, 2000, p.320). Ele exemplifica com a ideia da

reação que viria causar a um grupo de patinadores a frase “o gelo está fino”, já que tal frase além de possuir um significado, seria também um ato de advertência ao grupo.

Diante do que foi exposto, é possível perceber que o que importa a Skinner, acima de tudo, é atingir a intencionalidade autoral. Com isso, podemos chegar ao entendimento de que deve haver, por parte do historiador, um investimento na recuperação do vocabulário normativo de que dispunham os autores em seu próprio contexto do passado, “garimpando” em meio ao que havia sido deixado pela tradição. Daí Skinner comparar seu trabalho ao de um “anjo registrador”. O historiador explica que, com essa frase, quis dizer simplesmente que a aspiração deve ser a de “recapturar o passado nos seus próprios termos, deixando de lado, no possível, as dúvidas pós-modernistas quanto à total viabilidade disso” (SKINNER, in PALLARES-BURKE, 2000: 326). Com efeito, para além de mera escolha de temas úteis ou utilizáveis no presente, o contextualismo skinneriano preocupa-se mais com a questão de quais seriam as formas mais adequadas para realizar a árdua tarefa de alcançar satisfatoriamente o sentido original dos textos do pensamento político do passado.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, John L. *Quand dire, c'est faire (How to do Things with Words)*. Paris: Seuil, 2002.

BLOOM, Allan. *Gigantes e anões: ensaios (1960–1990)*. São Paulo: Best Seller, 1990.

COLLINGWOOD, Robin G. *Autobiografia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

GUNNEL, John. *Teoria política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

LOPES, Marcos A. *Para ler os clássicos do pensamento político: um guia historiográfico*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2002.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EdUSP, 2003.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010.

_____. Quentin Skinner. In: PALLARES-BURKE, Maria L. G. (Org.). *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

_____. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

_____. Significação e compreensão na história das idéias. In: _____. *Visões da política*: sobre os métodos históricos. Lisboa: Difel, 2005.

_____. Transcript of Quentin Skinner on Hobbes on the State. October 21, 2007. Disponível em: <http://nigelwarburton.typepad.com/philosophy_bites/2007/10/transcript-of-q.html>. Acesso em: 26 jun. 2009.

TUCK, Richard. História do pensamento político. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da Unesp, 2001.